Distrito de Ponta Delgada

Concelhos	Escrivães	Oficiais de diligências
Lagoa	1	1
Nordeste	1	1
Ponta Delgada	4	2
Povoação	1	1
Ribeira Grande	2	1
Vila Franca do Campo	1	1
Vila do Porto	1	1
	11	8

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, 18 de Abril de 1939.— O Director Geral, *José Adelino Azevedo Sá Fernandes*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos
e Eléctricos

Decreto-lei n.º 29:544

Atendendo ao que representou a Câmara Municipal de Pêso da Régua;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São alterados os artigos 14.º, 19.º e 21.º do decreto-lei n.º 26:928, de 25 de Agosto de 1936, cuja redacção fica sendo a seguinte:

Artigo 14.º

§ 1.º Esta taxa será paga por uma só vez, ou em prestações anuais, até doze, se assim fôr requerido. As prestações serão porém adicionados os juros que lhes corresponderem, à taxa de 7 por cento ao ano.

§ 2.º

Artigo 19.º A requerimento dos interessados, ou quando os trabalhos referidos no artigo anterior não forem executados dentro dos prazos estabelecidos, poderá a Câmara tomar a iniciativa da sua execução por conta dos proprietários dos prédios e cobrar-lhes as respectivas despesas por uma só vez, ou no máximo de doze anuidades, se assim fôr requerido, mediante o acréscimo do juro anual de 7 por cento.

§ 1.º As despesas referidas neste artigo devem constar de um título de cobrança, elaborado pelos serviços respectivos, e compreendem:

- Taxa de ligação;
- Custo do projecto, que nunca poderá ir além de 75\$;
- Salários;
- Materiais;
- Despesas gerais de administração até 6 por cento da soma das verbas referentes a projecto, salários e materiais;

f) Seguro do pessoal, em harmonia com a tarifa mínima fixada nos termos do artigo 4.º, alínea b), e § único do decreto-lei n.º 26:484, de 31 de Março de 1936.

§ 2.º O título de cobrança, se o pagamento não

fôr efectuado por uma só vez, deverá indicar as prestações em dívida, acrescidas dos juros que lhes corresponderem, e as datas dos respectivos vencimentos.

§ 3.º O crédito representado pelo título de cobrança gozará de privilégio imobiliário especial sobre o prédio a que disser respeito, tomando lugar entre os n.ºs 1.º e 2.º do artigo 887.º do Código Civil.

§ 4.º O título de cobrança é transmissível por endosso, sem direito de regresso e sem prejuízo dos privilégios estabelecidos neste decreto-lei.

Artigo 21.º O título de cobrança terá força executória, sendo o seu pagamento exigido perante o Tribunal das Execuções Fiscais, nos termos estabelecidos para as contribuições municipais, se não houver sido negociado, e perante os tribunais comuns, no caso contrário, considerando-se o mesmo incluído, para este efeito, no artigo 798.º do Código do Processo Civil.

§ único. A execução correrá sempre contra o possuidor ou possuidores do prédio sem necessidade de habilitação.

Art. 2.º Será aplicável ao usufrutuário tudo o que se acha disposto no decreto-lei n.º 26:928, de 25 de Agosto de 1936, em relação ao proprietário, pertencendo-lhe os direitos e obrigações que a este incumbem, sem prejuízo do privilégio estabelecido no § 3.º do artigo 19.º do referido diploma.

§ único. O usufrutuário poderá, todavia, exigir do proprietário, no fim do usufruto, o valor que então tiverem as instalações sanitárias, bem como a importância de todas as taxas que houver pago à Câmara para execução das obras.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém. •

Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1939.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 9:203

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 23:367, de 18 de Dezembro de 1933, que a verba do n.º 1), artigo 375.º, capítulo 10.º, destinada a «Deslocações de pessoal — Ajudas de custo inerentes às deslocações fora da colónia — a pagar na metrópole», da tabela de despesa do corrente ano económico da colónia de Angola, seja reforçada com a importância de 20.000,00, a sair das disponibilidades existentes na verba do n.º 1), artigo 374.º, capítulo 10.º, da referida tabela.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 20 de Abril de 1939.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.